



Publicado na 11ª Edição (Novembro e Dezembro de 2009) da Revista Linguasagem

www.letas.ufscar.br/linguasagem

REDAÇÕES DE VESTIBULAR: PRESERVAR A PRÓPRIA FACE

Rita de Cássia Antonia Nespoli Ramos¹

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa desenvolveu-se a partir da angústia que acompanha todo professor, constantemente imerso em uma sala de aula constituída por alunos a quem é necessário instigar a leitura, o debate e a produção de textos.

Além disso, o trabalho com a correção de redações, escritas em situação de vestibular, incitou que se procurasse entender os dizeres e os ditos do candidato e como ele estrutura o enunciado. Quais seriam as recorrências no modo de enunciar do vestibulando que permitiriam uma generalização no modo de ler e de interpretar as redações? Quais seriam as relações das redações com a proposta institucional do vestibular? Instigada por essas questões na busca do sentido da constituição do gênero redação de vestibular, tornou-se necessária a utilização de um arcabouço teórico que proporcionasse uma investigação e uma perspectiva para a abordagem textual. E, desse modo, por meio da Semiótica, tem-se o constructo-teórico segundo o qual, por meio das ferramentas teórico-metodológicas propostas para análise e apreensão do sentido do texto, torna-se possível apreender quais as relações de sentido que regem a produção

¹ Mestre em Linguística e Semiótica pela Universidade de São Paulo (2009).
ORIENTADORA- Professora Doutora Norma Discini de Campos (FFLCH-USP).

textual.

Nessa perspectiva, esse estudo procura efetuar a descrição das vozes que atravessam a redação de vestibular, tais como: a do aluno; a do sujeito que formulou a proposta; a da sociedade. Dessa forma, procura-se depreender a imagem do enunciador das redações de vestibular, como um sujeito dialógico, isto é, um sujeito que constrói, de si e para si, a imagem daquele que enfrenta enunciativamente determinada situação de confronto, específica e pontual de avaliação, respondendo a outro. Para tanto, serão descritos os mecanismos de construção do sentido do enunciado da proposta do vestibular cotejado, para que se entendam valores institucionais que constituem uma cena fundante para o vestibulando, ou seja, a cena instituída como desafio pelo enunciador da prova institucional.

Por meio do cotejo entre as duas totalidades discursivas: a proposta institucional e a redações, buscam-se as recorrências do fazer interpretativo dos candidatos, uma vez que as supostas invariantes a ser depreendidas permitem revelar um *éthos* responsivo que equivale ao próprio leitor inscrito no texto institucional, ou seja, o *páthos*, enquanto “uma imagem que o enunciador tem do enunciatário. Essa imagem estabelece coerções para o discurso” (FIORIN, 2004a, p. 71).

Esclarecimentos sobre a proposta do vestibular

Serão apresentadas as propostas institucionais, isto é, a formulação dos textos que servem de base para o vestibulando fazer sua redação.

Entretanto, por um critério metodológico, aqui adotado, manter-se-á, ao longo dessa dissertação, apenas o exame da relação da Proposta II com as respectivas respostas textuais e discursivas concretizadas nas redações.

PUCCAMP - Propostas

PROPOSTA I – DISSERTAÇÃO

Leia o editorial abaixo, da Folha de S. Paulo do dia 02 de outubro de 2001, procurando perceber as idéias principais e o tema desenvolvido. Em seguida, elabore sobre esse tema uma dissertação clara e coerente.

Já há alguns anos está em curso o enraizamento do controle democrático dos serviços públicos no Brasil. Os dados sobre a atuação dos conselhos municipais de saúde pelo país afora são eloqüentes a esse respeito. Mais de 100 mil pessoas participam desses comitês que, entre outras atribuições, têm a função de fiscalizar a qualidade do Sistema Único de Saúde. O tema é um dos abordados no 7º Conselho Paulista de Saúde, que ocorre em Santos.

Cerca de 5.000 municípios brasileiros já têm o seu conselho implantado. Metade das vagas desses colegiados tem de ser ocupada por representantes de usuários; um quarto por profissionais de saúde e o outro quarto por administradores do serviço. Em cidades como São Paulo, o instrumento é tão disseminado que chega a haver conselhos específicos para hospitais e postos de saúde.

A interação entre movimentos populares, abertura política e avanços na legislação e no modo de gerir o Estado foi o elemento que possibilitou essa e outras silenciosas conquistas no controle democrático das chamadas atividades-fim do poder público. Data de 1979 o surgimento espontâneo dos primeiros conselhos populares de saúde da cidade de São Paulo. Hoje essas entidades não-governamentais já constituem uma rede espalhada pela cidade.

Há cerca de um mês, dezenas de milhares de pessoas elegeram 3.000 representantes para os 172 conselhos populares existentes na capital.

Foi a legislação do SUS, depois da Constituinte, que possibilitou a absorção do modelo de controle popular pela própria administração do sistema de saúde. O alastramento, mais recente, das ouvidorias no serviço público tem sido um importante passo na mesma direção. Agora o desafio é permitir que o modelo de controle democrático se alastre para outras áreas. O Estado de São Paulo desde 99 conta com legislação específica para a defesa do usuário de serviços públicos. Lei federal análoga há muito deveria ter sido aprovada pelo Congresso, como exige o artigo 27 da emenda constitucional no 19, de 4 de junho de 1998. Deputados e senadores, pelo texto, tinham 120 dias para elaborar o diploma legal. Mas o Sol

já nasceu mais de mil vezes depois de promulgada a emenda e nada de lei. (Folha de S.Paulo, A2, quarta-feira, 02/10/2001).

PROPOSTA II – DISSERTAÇÃO

(Proposta considerada como texto fundador das redações aqui elencadas)

Leia atentamente os textos que seguem

I. Direito à terra: o problema está em onde se colocam as cercas. Claro que as cercas são necessárias. A pele é uma primeira cerca. Depois, a roupa. E a casa. Não posso ser invadido. Quem diz isso é o meu próprio corpo, que sente, com imensa sensibilidade, sua necessidade de um espaço. (...) É a própria vida que determina o círculo de espaço que lhe pertence, que lhe é próprio. Daí, propriedade: aquilo que não me é estranho, que é parte de mim mesmo, que não pode ser tocado sem que eu sinta. O espaço que é propriedade do meu corpo é um dos direitos que a vida tem. Os limites da minha terra são os limites de que necessito para viver. A terra é o meu pão, minha água, meu calor. Mas há aqueles que fincam cercas para além dos limites da necessidade do seu corpo. (Rubem Alves, *Tempus fugit*)

II. Nenhum valor aparece com mais clareza, em nossos tempos, do que aquele que se dá à propriedade. Do bem mais essencial ao mais supérfluo, do gênero de primeira necessidade àquilo de que não se tem necessidade alguma, tudo parece querer dizer: fazê-me teu, e sê meu! Pois quantas vezes não pensamos ser proprietários de algo, e já nos tornamos propriedade do nosso próprio desejo de tudo possuir.

(Saulo Coimbra, *inédito*)

III.– Essa cova em que estás,
com palmos medida,

é a conta menor
que tiraste em vida.
– É de bom tamanho
nem largo nem fundo,
é a parte que te cabe
deste latifúndio.
– Não é cova grande,
é cova medida,
é a terra que querias
ver dividida.

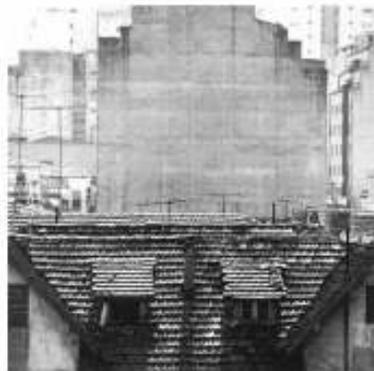
(João Cabral de Melo Neto, *Morte e Vida Severina*)

Os textos tratam de um mesmo assunto sob diferentes aspectos. Escreva uma dissertação, na qual você identificará o tema e comentará, de modo pessoal, os diferentes aspectos sob os quais está sendo tratado.

Proposta III – NARRAÇÃO

Observe atentamente a foto e os textos que seguem.

Observe atentamente a foto e os textos que seguem.



I. As telhas já estão pesando
Sobre esta casa cansada.
Em silêncio ela espera

A hora de ser julgada.

J. Carlos de Queiroz Telles

II. Vão demolir esta casa

Mas meu quarto vai ficar.

Não como forma imperfeita

Neste mundo de aparências:

Vai ficar na eternidade,

Com seus livros, com seus quadros,

Intacto, suspenso no ar!

Manuel Bandeira

(Foto e textos de O livro de São Paulo: ponto de encontro da modernidade. São Paulo: Rhodia, 1979)

A partir da foto e dos textos, redija uma redação em que o narrador seja o “eu” do poema de Manuel Bandeira. Escolha a situação que determina o “julgamento” referido no texto de J. Carlos de Queiroz Telles.

Esclarecimentos sobre as redações

Considerou-se cada redação como um *unus*, que pressupõe o *totus*, ou seja, cada unidade remete à totalidade que compõe as vinte redações analisadas. Buscou-se analisá-las em conjunto, como um *corpus*, para exemplificar como o candidato tece sua narrativa de acordo com os simulacros que constrói. Com isso, foi possível, pela recorrência do modo de dizer, reconstruir um caráter, um tom de voz e um estilo, entendido como o *éthos* do vestibulando.

As produções dos alunos estão designadas segundo critérios utilizados pela PUCC, por isso, elas apresentam uma seqüência numérica própria. Essa seqüência reproduzida, tal como foi oferecida pela PUCC, apresenta hiatos numéricos. Exemplo: Tem-se o texto 11 (T11), que segue a numeração linearmente até o texto 20 (T20).

Depois, está o texto 41 (T41) até texto 50 (T50). Isso não significa que foram pulados ou omitidos textos para a análise contemplada.

As redações consideradas para exame foram digitadas especialmente para este trabalho de pesquisa.

A textualização original se manteve quanto: à paragrafação; à grafia das palavras, tendo sido aqui reproduzidos os considerados erros de ortografia. Mantiveram-se, com fidelidade, todos os recursos lingüísticos de coesão textual.

O objetivo da digitação das redações se ampara no desejo de viabilizar a leitura dos textos escolares, já que, em alguns casos, a cópia xerográfica dificultava a legibilidade e, em outros, a letra dos vestibulandos poderia causar dificuldades.

Não foram usadas indicações como *sic*, no momento da transcrição dos originais. Assim sendo, as redações se mostram *in natura*, isto é, sem que se dê a elas um olhar prescritivo de certo e errado.

Pressupostos teóricos

Os pressupostos teóricos, para a análise proposta, consistem das bases teóricas da Semiótica greimasiana e da Análise do Discurso de procedência francesa, incorporada pela Semiótica por meio dos recursos buscados nos estudos de Maingueneau (1997, 2008). Nessa perspectiva, serão recuperados conceitos do dialogismo bakhtiniano².

Ao se examinar o diálogo estabelecido entre o texto-base e as redações, poderá ser depreendido como o vestibulando apreende a proposta e como ele julga ter compreendido as imagens ou simulacros construídos pela instituição. De acordo com Bakhtin (2006, p. 137): “a compreensão é uma forma de diálogo; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para outra no diálogo. Compreender é opor à palavra do locutor uma contrapalavra”.

Para que a interação entre os sujeitos da comunicação seja descrita, buscar-se-á respaldo no pressuposto semiótico de que todo texto tem um plano do conteúdo, lugar

² BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da linguagem**. 12ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

dos conceitos, e um plano da expressão, ou seja, a parte material ou sensível de um texto que sustenta os conteúdos. No plano do conteúdo, procura-se a imanência, pois, de acordo com Barros (2002, p.14), é necessário buscar a fala latente do texto para entender como ele foi construído.

Pode-se dizer que o texto é o lugar da organização dos elementos de expressão que estão à disposição do enunciador para veicular seu discurso. O texto, portanto, pertence ao nível da manifestação. Já o discurso é o lugar da materialização das formações discursivas e pertence ao nível do conteúdo. As redações de vestibular selecionadas para análise, serão cotejadas como texto e como discurso. De acordo com Fiorin (2005d, p.41):

o texto é, pois, individual, enquanto o discurso é social. Há um nível grande de liberdade no âmbito da textualização, enquanto, no nível discursivo, o homem está preso aos temas e às figuras das formações discursivas existentes na formação social em que está inserido.

A proposta de apreender o ator da enunciação pelo percurso gerativo e não pela gênese psicológica ou biográfica do texto tem fundamentos na Semiótica. Essa teoria parte do pressuposto de que os textos possuem uma lógica subjacente; isto quer dizer que há esquemas de organização comuns a todos os textos, independentemente de suas características individuais. Diante disso, a Semiótica elabora conceitos que podem ser aplicados a qualquer texto e permite uma análise mais isenta de subjetividade, mais focada no enunciado.

Outro aspecto importante para esse artigo é o conceito de gênero: “cada ‘gênero’ presume um contrato específico pelo ritual que define” (MAINGUENEAU, 1997, p. 34). Portanto, a enunciação em situação de vestibular exige que o vestibulando esteja atento às coerções exigidas pelo gênero a que se submete. O autor define o gênero como “um conjunto de características formais, de procedimentos” (MAINGUENEAU, 1997, p. 35).

Sujeito interpretativo: o vestibulando

No momento da leitura, o sujeito interpretativo, o vestibulando, pode estabelecer uma relação contratual ou polêmica com as imagens projetadas no texto-fonte. Por meio da análise dessas relações, vê-se emergir o simulacro que o sujeito vestibulando constrói de si e para si na situação de vestibular. Além disso, essa análise permite observar se o candidato incorporou o *éthos* do enunciador da proposta. Para se conhecer o *éthos* da totalidade das redações, é necessário examinar o *éthos* da voz institucional. “Para exercer um poder de captação, o *éthos* deve estar afinado com a conjuntura ideológica” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 100).

O texto não se destina a ser contemplado, configurando-se como enunciação dirigida a um co-enunciador que é preciso mobilizar, fazê-lo aderir “fisicamente” a um determinado universo de sentido. O poder de persuasão de um discurso consiste em parte em levar o leitor a se identificar com a movimentação de um corpo investido de valores socialmente especificados. A qualidade do *ethos* remete, com efeito, à imagem desse “fiador” que, por meio de sua fala, confere a si próprio uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado (MAINGUENEAU, 2008a, p. 99).

Para se verificar que imagem de leitor é construída pela voz institucional é preciso determinar os valores que a proposta apresenta. A noção de enunciatária, aqui adotada, “parte da idéia de que o enunciatário é tão produtor do discurso quanto o enunciador, dado que este produz o texto para uma imagem daquele, que determina as diferentes escolhas enunciativas, conscientes ou inconsciente, presentes no enunciado” (FIORIN, 2004a, p. 69).

Autonomia do sujeito e doxa

As considerações tecidas encaminham para a relação entre a autonomia do

sujeito vestibulando e a *doxa*³ a que ele é submetido. Tal descrição pode ser verificada, principalmente, por meio da observação feita acerca da interdiscursividade e da descrição dos temas e figuras. O questionamento que se faz é: até que ponto há autonomia e até que ponto há submissão?

A linguagem é um fenômeno extremamente complexo, que pode ser estudado de múltiplos pontos de vista, pois pertence a diferentes domínios. É, ao mesmo tempo, individual e social, física, fisiológica e psíquica. Por isso, dizer que a linguagem sofre determinações sociais e também goza de uma certa autonomia em relação às formações sociais não é uma contradição. Isso implica, entretanto, distinguir dimensões e níveis autônomos e dimensões e níveis determinados (FIORIN, 2005d, p. 8-9).

Para essa verificação, primeiro é preciso distinguir a língua e sua realização concreta: “O sistema é social no sentido de que ele é comum a todos os falantes de uma da comunidade lingüística” (FIORIN, 2005d, p.10). Nesse sentido, os vestibulandos empregam em seus discursos as combinações de elementos lingüísticos com o propósito de exprimir seus pensamentos, de construir a imagem do mundo “real”, e de agir no mundo, para conseguir uma sanção positiva em situação de vestibular. Nessa perspectiva, cada discurso, apesar de permeado pelos falares sociais, constitui-se de um eu que “toma a palavra e realiza o ato de exteriorizar o discurso” (FIORIN, 2005d, p. 11). A sintaxe discursiva é, portanto, o campo da manipulação consciente, em que o vestibulando “lança mão de estratégias argumentativas e outros procedimentos da sintaxe discursiva para criar efeitos de sentido de verdade ou de realidade com vistas a convencer seu interlocutor” (FIORIN, 2005d, p. 18).

Diante do exposto, é na sintaxe discursiva que se compreende a estruturação do discurso. Nas redações estudadas, há procedimentos mais individualizados que permitem observar a liberdade individual do vestibulando, entre outros, como: micro-narrativas; os argumentos de prestígio e pragmáticos; o discurso relatado; a citação; a alusão. Cada argumento deixa entrever o crer e as habilidades do candidato, para até se dissimular e não deixar claras as marcas de subjetividade.

A semântica discursiva, por sua vez, “depende mais diretamente de fatores sociais” (FIORIN, 2005d, p.18). Desse modo “o conjunto de elementos semânticos habitualmente usados nos discursos de uma dada época constitui a maneira de ver o mundo numa dada formação social” (FIORIN, 2005d, p.19). Nessa perspectiva, as retomadas discursivas reconhecem coerente com o “real” o modo de ver o mundo descrito na proposta. Esse modo de ver e representar o mundo constitui o ponto de vista assimilado pelo candidato ao longo de sua educação e constitui, também, sua consciência e, por conseguinte, sua maneira de pensar a sociedade.

Alguns desses elementos semânticos são recorrentes na sociedade contemporânea. Fiorin (2005d, p. 19) descreve-os como: “os homens são desiguais por natureza; na vida, vencem os mais fortes; o dinheiro não traz felicidade”. Na voz institucional esses temas são discursivizados como: os limites de minha terra são os limites de que necessito para viver (texto I, pág. 9); nos tornamos propriedade do nosso desejo de tudo possuir (texto II, pág. 9); é a terra que querias/ver dividida (texto III, pág. 9).

Os vestibulandos, ao dialogarem com o texto-base, captam esses temas e os atualizam, principalmente, por meio da figura dos espoliadores vs. espoliados. Nesse sentido, as redações emolduram as ações estereotipadas do ator social. Com isso, os modos de comportamento descritos nas duas totalidades são sedimentados pelo hábito da sociedade contemporânea, descrita como ambiciosa, consumista e excludente. Esses estereótipos “só estão na linguagem porque representam a condensação de uma prática social” (FIORIN, 2005d, p. 55). Desse modo, nas redações, programas e percursos previsíveis se desenvolvem, não restritos a qualquer assunção particular: a *doxa* predomina sobre o sujeito produtor das redações. Nessa perspectiva, o vestibulando aceita os valores coletivos. Ratifica-se tal asserção, ao se constatar que não se inauguram nas redações novos percursos temáticos: há a afirmação maniqueísta da estereotipia do papel do rico e do pobre na sociedade.

Para corroborar o conceito aqui apresentado, de que a *doxa* predomina na situação de vestibular, retomam-se concepções de Maingueneau (1997). A primeira é que, ao enunciar, o sujeito desencadeia um ritual social da linguagem, partilhado pelos interlocutores (Cf. MAINGUENEAU, 1997, p. 30). Nessa perspectiva, na situação de vestibular, qualquer enunciação produzida pela voz institucional é colocada sob um contrato que lhe credita o lugar de detentor do saber; o vestibulando, por sua vez, deve

reconhecer essa voz social. A segunda diz respeito às relações entre os papéis sociais e a cena enunciativa.

Reatualiza-se, assim, mais em quadro totalmente diferente, a velha metáfora estóica, segundo a qual a sociedade seria um vasto teatro onde um papel seria atribuído a cada um. Há uma tendência para ampliar este ponto de vista, integrando os papéis em um complexo mais rico: uma “encenação” ou uma “cenografia” (MAINGUENEAU, 1997, p. 31).

Tomando como base essas afirmações, postula-se, nesse ensaio, que a cenografia, ou seja, a proposta do vestibular, formula enunciados que conferem credibilidade às enunciações, tanto por meio dos enunciados, quanto pelo modo pelo qual o enunciador se inscreve proxemicamente, ou seja, no tempo e no espaço do interlocutor ao qual interpela. Além disso, nesse contexto semiótico, o enunciador da proposta, pelos temas e figuras que dissemina nos textos que apresenta ao vestibulando, forja uma imagem que remete, tanto a ele próprio, quanto ao outro. Com isso, pode-se entrever qual é a posição que pode e deve ocupar cada sujeito na situação de vestibular. Nesse sentido, percebe-se que o vestibulando, enquanto sujeito, é sujeito de seu discurso, mas assujeita-se ao enunciador da proposta e às regras do contexto do vestibular.

Vale ressaltar que longe de ser concebido como mero receptor de informações no processo comunicacional, o enunciatário-vestibulando:

Firma-se como feixe de estratégias enunciativas criadas no próprio texto. Apresenta-se outrossim como sujeito que crê nos valores propostos pelo enunciador; como sujeito que quer, deve, sabe e pode partilhar esses valores na realização de um contrato de confiança mútua (DISCINI, 2005, p. 23).

Por meio do cotejo entre os valores propostos pelas totalidades analisadas, pode-se afirmar que ambas polemizam com determinadas formações ideológicas, segundo as quais: a) é preciso ter lucro a qualquer preço; b) o homem tem de consumir cada vez

mais. É dessa formação ideológica, “para a qual o trabalhar é ganhar dinheiro e ganhar dinheiro se apresenta como a meta última da vida do homem,” (DISCINI, 2005, p. 59-60) que as totalidades se afastam.

Essas representações da realidade são articuladas por classes sociais, “esses sistemas são feixes de imagens das coisas e dos homens e, criados por uma ideologia dominante, sustentam-se graças às instituições, como a escola, família, religião e graças aos meios de comunicação em massa” (DISCINI, 2005, p. 60). Ainda de acordo com Discini: “essas representações, resultado da capacidade simbólica inerente à capacidade de pensar, orientam a categorização do mundo, reproduzindo idéias e valores que, propugnados culturalmente, constroem o que parece que há” (DISCINI, 2005, p. 61).

Com base nessas afirmações, nota-se que nas duas totalidades analisadas, as vozes: a) convergem em uma relação contratual que comporta um modo dominante de ver o mundo; b) confirmam-se como heterogeneamente constituídas, ao responderem a formações ideológicas que crêem em um mundo inquestionável e imutável: “A heterogeneidade é característica dos discursos. Os discursos, por sua vez, escolhem os gêneros, tanto para compor a cena enunciativa, que visa a fazer crer, como para atender às próprias coerções de uma semântica global” (DISCINI, 2005, p. 64).

Por fim, é similar o modo de presença no mundo que emerge dessas totalidades de redações de vestibular. Cada um dos sujeitos enfeixa valorizações sociais e ideológicas semelhantes e remetem às mesmas regras de conduta, propostas como expectativas de determinados segmentos sociais.

No entanto, vale lembrar que mesmo com essas convergências, cada totalidade mantém-se como heterogeneamente constituída. Apesar de nenhum fragmento do texto-base apresentar uma voz que discorde da visão de propriedade como necessária ao ser humano, há uma polêmica, uma vez que o enunciado da proposta dá voz a um trabalhador pobre (texto III, página 4, Proposta II), e com isso afirma-se a heterogeneidade. Essa atribuição de voz não é comum em um mundo que explora o trabalho para a construção do capital. Na totalidade dos vestibulandos, por sua vez, os candidatos aderem à visão de mundo proposta pela instituição do vestibular e, para legitimá-la, procuram construir o simulacro de que, na sociedade contemporânea, a classe menos favorecida é emudecida. Todavia, em algumas redações, o ator do enunciado, o sem-terra, de quem se fala, é atacado; com isso, há uma aparente divergência com o enunciado da proposta, como em:

As pessoas, sem propriedade, acabam perdendo sua identidade e aumentam os problemas sociais (T42).

O país aguarda uma resposta, quer ver de seus administradores as promessas feitas em campanhas, mas também não acha certo que uma propriedade que tinha um dono, que pagou por ela e que a usufrui totalmente ou não, seja desapropriada e passadas a pessoas que talvez só fazem parte deste movimento por baderna e que na opinião de muitos se quisesse realmente trabalhar buscaria uma ocupação (T44).

Os trechos das retomadas discursivas acima polemizam com o enunciado da proposta. No entanto, os enunciadores procuram dissimular a ataque aos espoliadores. Para tanto, propõem que é “o país” (T44) ou o meio (T42) e não ele, narrador, quem tem esse tipo de opinião. Todavia, nota-se em outros parágrafos como o enunciador procura voltar ao tom contratual que julga ser necessário à elaboração da redação:

Proprietários de terras muitas vezes não ocupam todo seu território, chegando a comprar mais propriedades a fim de satisfazer seu ego e sua ambição mesquinha, por isso, o povo se revolta, pois acha que muitos possuem muito mais do que deveriam ter, portanto a divisão de terras seria um modo legal de acabar com isso (T44).

Enquanto a luta dos capitalistas é para aumentar o lucro, o da população é por um pedaço de terra para produzir o básico para sobreviver (T42).

Preservação da face

Essas novas considerações encaminham a análise para o aproveitamento de contribuições variadas de teorias lingüísticas que embasam, no quadro da sintaxe discursiva, uma explicação mais coerente para o fazer persuasivo do enunciador e o

fazer interpretativo do enunciatário. Cabe ressaltar que não se desenvolverão as múltiplas possibilidades de tais teorias, mas procurar-se-á integrá-las à sintaxe discursiva, pela perspectiva semiótica. Para tanto, a fim de aprofundar o cotejo a que essa dissertação se propõe, buscam-se conceitos pragmáticos: “o objeto da Pragmática é a produção e a interpretação completa dos enunciados, em situações reais de uso. Ela busca explicar como as produções e interpretações levam em conta não somente a língua, mas também o contexto” (FIORIN, 2004b, p.185).

De acordo com Barros (2002), “são condições prévias da argumentação e caracterizam o ‘contato dos espíritos’: a língua comum a enunciadador e enunciatário, o fato de manterem relações sociais, o desejo do enunciadador de entrar em comunicação e, em resposta, a atenção e o interesse do enunciatário” (BARROS, 2002, p. 107). Conforme a autora, Grice (1975) agrupa essas condições no “princípio de cooperação”.

Em seus trabalhos sobre conversação, Grice (1975) descreve o princípio de cooperação e as máximas conversacionais. Quanto ao princípio de cooperação, o autor postula que, nas situações conversacionais, há esforços cooperativos de cada participante, ou “no mínimo, uma direção mutuamente aceita” (GRICE, 1975, p.86). Nessas situações, os participantes precisam fazer sua contribuição conversacional tal como é requerida, no momento em que ocorre, pelo propósito ou direção do intercâmbio conversacional em que se está engajado (GRICE, 1975, p.86). As máximas conversacionais são enumeradas pelo autor, como: a) Quantidade, relacionada com a qualidade de informação a ser fornecida; com isso, a contribuição deve ser tão informativa quanto for preciso para o propósito da própria informação; b) Qualidade, em que não se deve dizer o que se acredita falso, mas o que se pode dar evidências e com isso ser engajado; c) Relação, em que se realça que se deve ser relevante; d) Modo, máxima que se preocupa com o como é dito.

Goffman (1970), por sua vez, descreve que a comunicação é um ato de interação e pressupõe o outro. Ao pesquisar essas relações interpessoais, o autor estudou procedimentos de preservação da face. “Para o referido autor, quando se entra em contato com o outro, tem-se a preocupação de preservar a auto-imagem pública. A essa auto-imagem pública Goffman dá o nome de face” (SILVA, 1999, p. 111).

Em seus estudos, Goffman (1970) afirma que na comunicação escolhe-se uma linha, ou seja, um esquema de atos verbais e não-verbais por meio dos quais se expressa a visão da situação e por meio dessa linha se avalia os participantes e em especial a si

mesmo.⁴ (GOFFMAN, 1970, p.13). Com o esquema escolhido, expõe-se o ponto de vista a respeito da interação. Desse modo, o interactante⁵ está na “face errada” quando não apresenta uma linha consistente com sua auto-imagem e está na “face correta” quando está firme na linha⁶ que toma. Com isso, o conceito de face é definido por Goffman como o valor positivo que uma pessoa reclama efetivamente para si por meio da linha que os outros supõem que é seguida durante determinada situação.⁷ Assim, entende-se a face como o valor social positivo que o interactante reclama para si por meio do ponto de vista adotado.

De acordo com Maingueneau (2008a, p. 31), o princípio da cooperação é próprio da conversação, quando os interlocutores estão em contato direto e interagem continuamente um com o outro. No entanto, o autor afirma que apesar do princípio da cooperação ter sido elaborado para a conversação, vale para qualquer tipo de texto: “mas as leis do discurso valem também para qualquer outro tipo de enunciação, até mesmo para a escrita, em que a situação de recepção é distinta da situação de produção” (MAINGUENEAU, 2008a, p.32).

Maingueneau (2008a) ainda lembra que o princípio de cooperação já foi elaborado por muitos teóricos sob denominações diferentes. Diante disso, observa-se que há uma existência de leis do discurso e o reconhecimento mútuo dos participantes de seus papéis dentro do quadro de comunicação. Como a comunicação verbal é também uma relação social, ela se submete como tal “às regras que costumamos chamar de polidez” (MAINGUENEAU, 2008a, p. 37). Esses fenômenos de cortesia estão interligados na teoria das faces que inspiraram o sociólogo E. Goffman (1970). Elencam-se essas noções caras à Pragmática, lembrando que se pode cotejá-las segundo uma perspectiva semiótica. Não deixa de ser um confronto de faces a prática de obedecer à instituição escolar, fazendo uma redação a contento. Uma orientação defensiva certamente determina a voz e o tom de voz próprios à redação de vestibular.

Nesse artigo, concebe-se a polidez não apenas como regra social, mas também como estratégia discursiva que cria efeitos de sentido. O contato social é sempre feito

⁴ GOFFMAN, E. Sobre el trabajo de la cara. In **Ritual de la interacción**, Buenos Aires, Tiempo Contemporáneo, 1970: tradução nossa..

⁵ Interactantes: são participantes que exercem influências mútuas uns sobre os outros na troca comunicativa.

⁶ Linha : equivale a ponto de vista.

⁷ Idem, p.13: tradução nossa.

por meio de regras e busca manter um equilíbrio. “Assim, em contato social, o indivíduo assume dois pontos de vista: uma orientação defensiva, tendo em vista preservar a própria face; uma orientação protetora, tendo em vista preservar a face do outro” (SILVA, 1999, p.112).

Diante das ameaças à própria face, se o vestibulando deseja sair-se bem no vestibular, ele precisa contar com um repertório de práticas de preservação da face, tais como: a) usar um tom de voz de autoridade para ostentar saber; b) empregar uma linguagem em situação de formalidade; c) recorrer a nomes de prestígio; d) ser cortês, não se incluir e não usar vocativos (desse modo, não se rompe a distância entre interactantes); e) adequar argumentos; f) adotar uma linha que permita construir a imagem daquele que conhece os problemas sociais; g) atacar grupos de exploradores; h) não falar em ser favorável à invasão; i) defender o trabalho, o lucro e a produção; g) criticar os que não trabalham; j) associar a descortesia à elite. Com esses recursos, além de manter a própria face, os candidatos mantêm a face da instituição que também apresenta textos, nos quais se observam tais procedimentos. Tais procedimentos são compatíveis ao gênero textual, redação de vestibular.

Outro recurso para manter a própria face é recuperar a perspectiva adotada pela instituição: “em uma conversação é comum os interactantes cooperarem para manutenção da face um do outro, havendo uma espécie de acordo tácito entre eles. Assim, normalmente, a face de uma pessoa é mantida quando a face da outra que interage também é mantida” (SILVA, 1999, p.109) . Para tanto, o vestibulando constrói uma redação que seja pertinente, adequada e agrade o destinatário. Tal tentativa pode ser observada nos trechos abaixo:

É neste sentido que vergonhosamente obras como Morte e vida severina, de João Cabral de Melo Neto, permanecem atuais (T50).

As sábias palavras de Saulo Coimbra: “nenhum valor aparece com mais clareza, em nossos tempos, do que aquele que se dá à propriedade...” (T20).

Goffman, ao propor o conceito de face, explicita-as com os seguintes termos:

‘face equivocada’, ‘sem face’ e ‘em face’⁸. Como já foi descrito, as faces são construídas e determinadas pelo grupo social e representam a imagem que o vestibulando quer construir de si mesmo. Nas redações de vestibular, tais relações entre faces se estabelecem em função do gênero textual. Desse modo, estar “em face” ou com a face preservada pode ser observado em redações que mostram confiança, segurança e firmeza na linha adotada. A linha adotada é respaldada por juízos e evidências, o tom adotado deixa entrever alguém que fala do alto. O enunciador da redação apresenta-se de modo aberto e aparentemente sincero. Tal sinceridade pressupõe um sujeito que conhece os valores da sociedade e é digno de portá-los. Os candidatos procuram criar de si, para si mesmos e para o outro, uma face positiva que seja aprovada e apreciada pelos interlocutores; uma vez que, nessa situação de vestibular, precisam de aprovação.

Assim, verifica-se que na totalidade das redações analisadas, depreende-se a imagem de uma única face, mas que se materializa de modos diferentes nas redações. Tal imagem deve-se, prioritariamente, à coerção do gênero redação de vestibular. Diante desse gênero, quanto mais se fortalece o simulacro de um pensamento lógico, de representação fiel da realidade, mais se consolida a face positiva e o vestibulando marca seu território.

Diante das considerações tecidas, observa-se que o sistema das faces pode explicar e descrever as relações que regem as redações de vestibular. Para tanto, entende-se a polidez como “um conjunto de procedimentos que o falante utiliza para poupar ou valorizar seu parceiro de interação” (KERBRAT-ORECCHIONI, 2006, p. 95). De acordo com Fiorin (2004b), essas regras de polidez articulam-se sobre a teoria das faces, desenvolvida por Brown e Levinson⁹, na seqüência dos trabalhos de Goffman: “Há uma face positiva e uma negativa. Aquela deriva da necessidade de ser apreciado e reconhecido pelo outro, é a boa imagem que o sujeito tem de si mesmo; esta advém da necessidade de defender o eu, é seu território” (FIORIN, 2004, p.175). Observa-se que a totalidade das retomadas discursivas utiliza o respeito às regras de polidez como estratégia e não por altruísmo. Desse modo, são colocados em primeiro plano os interesses pessoais, pois se busca uma preservação de si mesmo, em nome de uma sanção positiva em situação de vestibular.

⁸ Termos no original espanhol: “cara equivocada”, “sin cara” e “em cara”. In: GOFFMAN, E. Sobre el trabajo de la cara. In **Ritual de la interacción**: Editorial tiempo Contemporâneo, 1970.

⁹ BROWN, P. & LEVINSOHN, S.C. Politeness: some universals in language use. Cambridge: Cambridge University Press. (1978).

Conclusões

Em situação de vestibular, põem-se em relação dois parceiros e, entre eles, um contrato fiduciário. Por meio desse contrato, o vestibulando se compromete a fazer uma redação conforme as expectativas de seu parceiro: a instituição. Por ser um sujeito modalizado pelo querer e pelo dever, o candidato escreve de modo a agradar e mostrar-se simpático, solidário aos valores disseminados pelos temas e figuras no enunciado da proposta. Isso não será muito difícil para ele, uma vez que a proposta apresenta um código da verossimilhança, identificável com a *doxa* do grupo social:

Sistema convencional entre outros, permite, efetivamente, entre membros de uma comunidade que compartilham seu domínio, assegurar certa regularidade da comunicação. Identificando-se desse ponto de vista como o ‘universo de crenças’ do grupo considerado” (LANDOWSKI, 1992, p. 163).

Diante da imagem construída do enunciatário-vestibulando, a voz institucional demonstra que as pessoas em sociedade são julgadas a partir do poder monetário e, com isso, todo indivíduo é caracterizado pela posse de terras e bens de consumo. Greimas (1976) ao analisar o discurso jurídico afirma que “todo participante eventual de uma sociedade deixa de ser uma pessoa individuada e se define unicamente como possuidor de uma porção de capital” (GREIMAS, 1976, p. 87). Continuando a análise, o autor afirma que “o mundo aparecerá como um universo de proprietários no qual todo objeto se define por sua virtualidade de ser possuído” (GREIMAS, 1976, p. 89). Nas duas totalidades aqui estudadas, enunciator e enunciatário entendem a sociedade contemporânea pela mesma perspectiva descrita por Greimas: como um espaço em que todos são julgados pelo que têm e pelo que consomem.

Nessa perspectiva, o texto-base realiza um simulacro de organização social em que descreve a estrutura econômica chamada capitalismo:

cujo mérito, independentemente de seu valor intrínseco, é ser um modelo construído e, além disso, um modelo acrônico. Estas duas

características parecem, de fato, próprias a qualquer modelo que se pretenda operatório: de posse de certo número de invariantes e de variáveis, ele pode ser aplicado a qualquer sociedade deste tipo, sem levar em consideração as coordenadas espaço-temporais nas quais ela se acha inscrita (GREIMAS, 1976, p.149).

A totalidade das redações adere a representação social estabelecida, e, portanto, não há confronto com o modo de presença proposto, uma vez que nenhuma redação questiona que “não existe capitalismo no estado puro” (GREIMAS, 1976, p.150). No entanto:

se uma estrutura econômica, por exemplo, não se acha no estado puro, é porque o período em que ela se realiza comporta ao mesmo tempo as manifestações das estruturas sobreviventes, que correspondem ao modelo que regia o estado estrutural anterior, e das estruturas que já anunciam o futuro e cujo modelo ainda está em elaboração (GREIMAS, 1976, p. 150).

Como pôde ser descrito, as retomadas discursivas constituem-se pela relação de dependência com a proposta do vestibular e por aceitarem o ponto de vista adotado pela instituição como verossímil com a sociedade em que enunciadores reconhecem o estado de coisas existente.

Pôde-se observar que os vestibulandos aderiram ao texto-fonte ao: a) proporem termos mínimos de sentido; b) construírem micro-narrativas que descrevem o percurso do homem na terra; c) focalizarem suas redações nas conseqüências da performance; d) empregarem figuras que descrevem os temas da injustiça social; e) instalarem no texto um narrador que sanciona negativamente os sujeitos espoliadores, movidos pelo querer intenso; f) instalarem o espaço e o tempo enunciativos enquanto tensos.

No entanto, aderir e compartilhar as mesmas crenças e aspirações da voz institucional não significa dizer que o candidato não possa se distanciar do feixe de expectativas previsto, ao interpretar ou analisar os fatos, pois, em muitas redações, há: a) uma adesão às figuras mais aparentes do enunciado da proposta; b) uma linguagem inadequada à situação e ao gênero; c) uma análise superficial da temática proposta.

Cabe ressaltar ainda que, ao aderirem aos valores do texto-base, os enunciadores das redações foram conduzidos por formações ideológicas que os direcionaram. Essa ideologia verifica-se, principalmente, nas figuras e nos temas, que são descritos nas redações dos vestibulandos e determinam um modo próprio de presença no mundo.

cada visão de mundo prende-se a um dado grupo, cujos elementos compartilham os mesmos valores, pensam e agem de modo semelhante. Ao aceitar esse conceito de ideologia não se deixa tampouco de reconhecer o papel da ideologia da classe dominante e sua tarefa de ocultamente e dissimulação. A diferença mais marcante entre as duas formas de considerar a ideologia está no fato de que a ideologia como visão de mundo permite relativizar a “verdade”, ao mostrar que há vários saberes ligados às diferentes classes, e reconhecer contradições em cada forma de ver o mundo, especialmente na visão dominante, criticando-a e a ela resistindo (BARROS, 2002, p. 150).

Diante dessas constatações, verifica-se que o *éthos* da totalidade das retomadas discursivas é convergente ao *páthos* inscrito na totalidade institucional. O texto-base aponta não apenas para a conjunção com o objeto de valor, o querer intenso e suas conseqüências, mas para um debate dos valores que permeiam a sociedade e que não permitem a conjunção dos menos favorecidos com o objeto de valor. Além disso, emergem do enunciado da proposta do vestibular, a denúncia de uma justiça ineficaz que não defende os menos favorecidos e a constatação de que o Estado não propicia o básico para a sobrevivência destes. A totalidade das redações, por sua vez, apresenta como recorrência primordial sua completa submissão e dependência em relação ao texto-base. Nessa perspectiva, as retomadas discursivas aceitam o enunciado do texto-base, quando: a) recuperam o dito da voz institucional ao descreverem o querer intenso que move um grupo de concentradores; b) conseguem ler o implícito de que a mudança é necessária; c) aceitam as corporalidades estabelecidas: espoliadores e espoliados; d) aceitam a temática, estabelecida no texto-fonte.

Nota-se que o plano de base do vestibulando é se submeter às instruções de um modo de conceber a sociedade contemporânea. Tais instruções são dadas pela voz

institucional. Desse modo, no enunciado da proposta, é possível depreender a configuração de vozes homogêneas que convergem na necessidade de mudança. Por meio das moralizações, das condutas estabelecidas, dos temas e figuras e de acordo com as coerções do gênero pode-se afirmar que a proposta de vestibular não admite questionamentos e descreve um mundo cheio de certezas.

Ao retomar os dizeres e os ditos, as redações mantêm uma relação de conformidade com o texto-base. Essa afirmação é coerente, pois o sujeito-vestibulando não contesta a descrição feita na proposta do vestibular: a) de que há, na sociedade contemporânea, apenas duas classes sociais; b) de que todos são consumistas; c) a ausência de reação da classe menos favorecida.

Por fim, o fiador da voz institucional chama o vestibulando a entrar em um mundo ético supostamente justo, do equilíbrio e da divisão. Emerge, do enunciado da proposta, o corpo do fiador, pois: “o discurso modela uma certa ordem cultural da visão, como, desenvolvendo o imperceptível da percepção, ele a transforma em significação” (BERTRAND, 2003, p.132). A escrita do vestibulando acopla-se interdiscursivamente ao texto-base para avalizá-lo e avalizar o próprio discurso. Nesse sentido, o candidato aceita a sociedade descrita como “real” e a legítima. Tal postura pôde ser descrita na sintaxe discursiva, lugar em que há maior autonomia do sujeito. Com isso, “o indivíduo é interpelado como sujeito (livre) para livremente submeter-se às ordens do Sujeito, para aceitar, portanto (livremente) sua submissão” (ALTHUSSER, 2003, p. 104). Nessa perspectiva, os enunciadores das redações, pelo aprendizado escolar, crêem nos efeitos figurativos, temáticos e passionais apresentados no texto-base e, por meio das impressões referenciais, deixam-se absorver pela confiança e consentem aderir aos valores propostos. Além disso, eles aceitam a divisão de classes como naturais, embora “na verdade, a não ser na ideologia da classe dominante, não existe ‘divisão técnica’ do trabalho: toda divisão ‘técnica’, toda organização ‘técnica’ do trabalho constitui a forma e a máscara de uma divisão de uma organização sociais (de classe) do trabalho”. (ALTHUSSER, 2003, p.105).

Perante todas essas constatações, verifica-se que os enunciadores da totalidade da voz institucional e o representante da voz do aluno podem ser descritos como sujeitos que “se constituem pela sua sujeição” (ALTHUSSER, 2003, p. 104). Aqueles por modelarem uma ordem social e estes por aceitá-la.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos do Estado.** 9ª. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e Filosofia da linguagem.** 12ª. ed. São Paulo: Hucitec, 2006

BARROS, Diana Luz Pessoa de. **Teoria do Discurso: Fundamentos Semióticos.** 3ª. ed. São Paulo: Humanitas, 2002.

_____. **A comunicação humana.** In: FIORIN, José Luiz (org). Introdução à Lingüística. I. Objetos teóricos. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2004a, p. 25-53.

_____. **Estudos do discurso.** In: FIORIN, José Luiz (org.). Introdução à lingüística II. Princípios de análise. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2004b, p. 187-219.

BERTRAND, Denis. **Caminhos da semiótica literária.** Trad. Grupo CASA. Bauru, SP: EDUSC, 2003.

BROWN, P. & LEVINSOSN, S.C. **Politeness: some universals in language use.** Cambridge: Cambridge University Press. 1978.

DISCINI, Norma. **A Comunicação nos textos.** São Paulo: Contexto, 2005.

FIORIN, José Luiz. **O Páthos do enunciatário,** Alfa. Revista de Lingüística, São Paulo: UNESP , v.48, p. 69-78, 2004a.

_____. **Teoria dos Signos e A linguagem em uso.** In: FIORIN, José Luiz (org). 3ª. ed. Introdução à Lingüística I. Objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2004b. p. 55-74; 165-186.

GOFFMAN, E. **Sobre el trabajo de la cara.** In: Ritual de la interacción. Buenos Aires: Editorial Tiempo Contemporâneo, 1970. p. 13-47.

GREIMAS, A. J. **Semiótica e Ciências sociais.** São Paulo: Cultrix. 1976.

GRICE, H. P. **Lógica e conversação.** In DASCAL, M. (org.) Fundamentos metodológicos da lingüística (IV). Tradução de João Wanderley Geraldi. Campinas: Unicamp, 1975/1982. p.81-104.

KERBRAT-ORECCHIONI. C. **Polidez: aspectos teóricos.** In: Análise da conversação: princípios e métodos. São Paulo: Parábola Editorial, 2006. p. 77-102.

LANDOWSKI, E. **A Sociedade Refletida**. São Paulo: EDUC/Pontes, 1992.

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. 3ª.ed. Campinas: Pontes, 1997.

_____. **Análise de textos de comunicação**. 5ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008a.

SILVA, Luiz A. **Polidez na Interação professor/aluno**. In: Estudos de língua falada: variações confrontos. 2ª. ed. São Paulo: Humanitas, 1999. p. 109-130.

TATIT, Luiz. **A abordagem do texto**. In: FIORIN, José Luiz (org). Introdução à Lingüística. I. Objetos teóricos. 3ª. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 187-209.